

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS

ATA DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA
REALIZADA POR VIDEOCONFERÊNCIA EM 06/04/2021

ATA Nº 1259

Aos seis dias do mês de abril do ano de 2021, mediante prévia convocação dos Diretores determinada pelo Diretor-Presidente, e na forma do artigo 70 do seu Estatuto, reuniu-se às 10:00 horas, por videoconferência, a Diretoria Executiva da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM, participando o Diretor-Presidente, Esteves Pedro Colnago, a Diretora Alice Silva de Castilho (DHT) e os Diretores Marcio José Remédio (DGM), Cassiano de Souza Alves (DAF) e Paulo Afonso Romano (DIG), atuando como secretário o chefe da SEGER, João Batista de Vasconcelos Dias Júnior. Também participaram da reunião o Presidente da AGEN, Felipe Brito Mapa, o Presidente da CONAE, Jonatas de Sales Macedo Carneiro, o Analista em Geociências da DAF Leonardo Cusnir e o Analista em Geociências da SEGER Cristiano Jorge André. O Diretor-Presidente, Esteves Colnago, agradeceu a presença de todos, em especial dos Presidentes da CONAE e AGEN, convidados para participar desta reunião da Diretoria Executiva. Esteves Colnago, iniciou a reunião fazendo um breve histórico dos esforços da CPRM nos últimos anos no sentido de implementar uma reestruturação. Destacou a nomeação do Diretor de Administração e Finanças - DAF, Cassiano Alves, com grande experiência no executivo federal, e a contratação da CEFET-MG, ao final de 2018, já conhecida do Diretor da DAF, e com experiência neste tipo de iniciativa junto à área pública. Segundo o Diretor-Presidente, a estrutura proposta no âmbito do atual projeto de reestruturação, por si só, não tem muito significado sem as demais ações que a suportarão, estando o projeto baseado na premissa de projetização da Empresa e na otimização dos seus processos, com a conseqüente elaboração de um novo quadro de funções de confiança. Esteves Colnago afirmou que o apoio e a participação dos empregados são muito importantes. A CPRM tem sido cobrada por resultados, principalmente pelo fato de ser uma empresa totalmente dependente do Tesouro, o que torna fundamental a sua modernização e o reconhecimento de suas entregas pela sociedade. Segundo o Diretor-Presidente, este é o momento de desenvolver as demais atividades previstas no Projeto de Reestruturação, para possibilitar a implantação da nova estrutura. O Presidente da AGEN, Felipe Mapa, agradeceu ao convite da Diretoria Executiva e relacionou algumas preocupações relativas ao processo de reestruturação: 1) Acredita ter havido um erro inicial no diagnóstico feito pelo CEFET-MG, exemplificou não se começar uma construção pelo telhado, mas sim pela base, e que no primeiro relatório do CEFET, os representantes dos empregados foram excluídos da lista de *stakeholders*, sendo que os sindicatos apareciam nessa lista, mas não participaram do processo; 2) A simplificação da estrutura das Unidades Regionais sem as gerências técnicas, as principais condutoras do trabalho, que pelas apresentações feitas, migrariam para a estrutura das Diretorias; 3) A Superintendência de Planejamento Estratégico não deveria estar vinculada a uma Diretoria, pois sua atuação é transversal; 4) Quanto ao CGA, antigo CEDES, está previsto um aumento na sua estrutura sem o correspondente aumento nos seus Recursos Humanos; e 5) A questão do orçamento público, a tentativa de desvincular projetos desse orçamento, diminuindo a dependência do Tesouro, sendo que muitos comentam que no passado a dependência de serviços, da captação de projetos com outras fonte de financiamento, quase levaram a empresa à extinção. Reiterou a intenção de somar e não desconstruir. O Presidente da CONAE, Jônatas de Sales Macedo Carneiro, agradeceu a oportunidade de trazer à Diretoria o que têm ouvido dos empregados, e destacou que as representações dos empregados, sempre que foram chamadas, compareceram para ajudar e colaborar positivamente, porém, a impressão é de que este canal teria se fechado em torno da reestruturação. Segundo o Presidente da CONAE ainda existem várias dúvidas em relação à estrutura proposta e, no seu entendimento, alguns ajustes são necessários, como a necessidade de manutenção dos Gerentes Técnicos Regionais. Entretanto, manifestou dúvida quanto a validade de entrar neste debate, caso não haja possibilidade de alteração da estrutura proposta. O Diretor da DAF, Cassiano Alves, informou julgar prematura a avaliação de que as Unidades Regionais estão enfraquecidas, e que a área de planejamento manterá a sua importância e conectividade com as outras

Diretorias, lembrando que a futura Diretoria de Planejamento e Gestão, a qual aquela área estará vinculada, é uma Diretoria de atuação transversal. Sugeriu que o Diretor da DIG, Paulo Romano, como coordenador da comunicação no âmbito do processo de reestruturação, intensifique as ações para esclarecimento dos empregados. Cassiano Alves afirmou que, apesar da estrutura proposta ter sido aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, o processo de reestruturação não está encerrado, e que esta seria uma reunião de arranque para a continuidade do processo, contando com a participação das representações dos empregados, principalmente na elaboração do novo Plano de Funções. O Diretor da DIG reforçou o fato da nova estrutura já ter sido aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, dessa forma o foco agora teria de ser nas ações complementares. Segundo Paulo Romano, cada Diretor trouxe um conjunto de colaboradores que participaram das discussões, e, inclusive, da reunião alongada de DE na finalização do processo. Observou que tais colaboradores fizeram reuniões em suas respectivas diretorias. No seu entendimento, houve ganhos na nova estrutura, e que os Diretores das áreas técnicas poderiam explicar melhor o processo. A Diretora da DHT, Alice Castilho, relatou que, em função da natureza dos projetos da DHT, defendeu a manutenção do gerente de programa local, e que seria muito importante que todos conhecessem bem o que está descrito no “Produto 3 – Nova Estrutura Organizacional”, pois o mesmo estaria contemplado ali. Quanto à SUPLAN, a previsão é de que a mesma continue atuando com as outras Diretorias. Destacou a importância do novo Comitê de Pesquisa e Desenvolvimento, que prevê, inclusive, a participação de *stake-holders* internos, e que o CGA abre as portas para o acesso aos fundos setoriais. O Diretor da DGM, Márcio Remédio, comentou que, no seu entendimento, há uma falta de entendimento na questão das Unidades Regionais e no fato dos gerentes serem ligados às Diretorias, mas que isso, de certa forma, já funcionaria assim, com os gerentes respondendo administrativamente ao Superintendente Regional e tecnicamente à Diretoria. Quanto ao orçamento, ressaltou que a CPRM exerce uma ação constitucional, fazendo uso do Orçamento da União, mas que estariam sendo abertas outras possibilidades, principalmente no que tange às atividades de Pesquisa e Desenvolvimento, lembrando que a CPRM é uma ICT. O Presidente da CONAE, Jonatas Carneiro relata ter-se chegado a um impasse, pois como participariam de algo que os empregados não validaram e onde não são possíveis ajustes. O Presidente da AGEN, Felipe Mapa, relatou não ter observado no “Produto 3 – Nova Estrutura Organizacional”, que o Gerente de Programa Local estaria na Superintendência, e a nossa proposta seria a manutenção do GEREMI e do GEHITE, e que o CGA deveria estar na Diretoria de Infraestrutura, atuando transversalmente. Ainda segundo o Presidente da AGEN, deveria ser mantida a atual relação com o Orçamento da União, sem depender de recursos extras. O Diretor da DAF esclareceu que a ideia não é a de substituir o Orçamento da União pela dependência de recursos externos, mas ter uma outra fonte para alguns projetos específicos. O Diretor-Presidente relatou que a manutenção do orçamento tem sido cada vez mais difícil, mas que a CPRM estaria tendo uma atenção especial do MME. Segundo Esteves Colnago, fora os recursos para pagamento de pessoal, a CPRM tem contado com um orçamento da ordem de R\$ 100 a 110 milhões, e temos feito esforços para aumentar este valor, mas há o limite do teto, assim, seria preciso contar com outras fontes de recurso, e exemplificou os entendimentos com a FUNASA, através da DHT, sem prejuízo das atividades normais daquela Diretoria. Ressaltou o corpo técnico altamente qualificado da CPRM, e que também estariam sendo buscados outros recursos em projetos de C&T. Segundo o Diretor da DAF, Cassiano Alves, o que dará vida à nova estrutura será o Plano de Funções e o Normativo correspondente, e que no Plano de Funções serão discutidas as funções gerenciais, sendo muito importante a participação das representações dos empregados. Diante disso, a Diretoria Executiva convidou a CONAE e AGEN a indicarem representantes para participar da elaboração do Plano de Funções, a qual será conduzida pelo CEFET-MG (Produto 10). O Presidente da CONAE manifestou seu entendimento de que o impasse ainda estaria configurado, e seria necessário consultar sua Diretoria antes de aceitar o convite, no que foi acompanhado pelo Presidente da AGEN. O Diretor da DAF respondeu compreender a posição dos Presidentes da CONAE e AGEN, mas afirmou que a participação dessas entidades já estava prevista, e que o convite estaria mantido. O Diretor-Presidente disse entender que tanto o Jonatas quanto o Felipe teriam que conversar com as respectivas Diretorias, e sugeriu realizar uma reunião prévia, por videoconferência, com membros da Diretoria Executiva, para conversar sobre o objeto do convite e também esclarecer questões relacionadas a implementação da nova estrutura. O Presidente da CONAE informou que na quinta-feira seguinte, 08 de abril de 2021, haveria uma reunião com as Diretorias da AGEN e CONAE e abriu a possibilidade de participação de Diretores da CPRM na mesma. O Diretor da DAF informou que diante de compromissos anteriormente assumidos só poderia participar a partir das 16:30, o que contou com a concordância dos Presidentes da AGEN e CONAE, que informaram que a reunião teria início às 14:30. Os Diretores da DGM e da DHT se ofereceram para participar da reunião, juntamente com o Diretor da DAF. O Diretor-Presidente, Esteves Colnago, agradeceu a participação dos Presidentes da AGEN e CONAE, a qual caracterizou como importantíssima para criação de um ambiente que possibilite a modernização da CPRM.

Não havendo mais assuntos a serem tratados, a reunião foi dada por encerrada.

ESTEVES PEDRO COLNAGO

Diretor-Presidente

CASSIANO DE SOUZA ALVES

Diretor de Administração e Finanças

MÁRCIO JOSÉ REMÉDIO

Diretor de Geologia e Recursos Minerais

ALICE SILVA DE CASTILHO

Diretora de Hidrologia e Gestão Territorial

PAULO AFONSO ROMANO

Diretor de Infraestrutura Geocientífica

JOÃO BATISTA DE VASCONCELOS DIAS JÚNIOR

Secretário



Documento assinado eletronicamente por **PAULO AFONSO ROMANO, Diretor(a) de Infraestrutura Geocientífica**, em 28/05/2021, às 22:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ESTEVES PEDRO COLNAGO, Diretor(a)-Presidente**, em 30/05/2021, às 20:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **CASSIANO DE SOUZA ALVES, Diretor de Administração e Finanças**, em 01/06/2021, às 18:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOAO BATISTA DE V. DIAS JUNIOR, Chefe da Secretaria Geral**, em 02/06/2021, às 16:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCIO JOSE REMEDIO, Diretor de Geologia e Recursos Minerais**, em 07/06/2021, às 17:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALICE SILVA DE CASTILHO, Pesquisador(a) em Geociências**, em 07/06/2021, às 21:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site sei.cprm.gov.br/autenticidade, informando o código verificador **0512273** e o código CRC **6654E731**.